



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVI — Nº 043

QUINTA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 1981

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 83^a SESSÃO CONJUNTA, EM 13 DE MAIO DE 1981

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — EXPEDIENTE
- 1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ALEXANDRE MACHADO — Passamento do Dr. Camilo Gomes.

DEPUTADO FREITAS DINIZ — Considerações sobre os atos terroristas que vêm ocorrendo no País. Apreensão do jornal *O Movimento*.

DEPUTADO ANGELINO ROSA — Início das obras da BR-163, ligando São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira — SC.

DEPUTADO ANTÔNIO MORIMOTO — Realização do Governo do Território de Rondônia, ao ensejo do transcurso do segundo aniversário de sua administração.

DEPUTADO EDISON LOBÃO — Apreciação dos atos terroristas ocorridos no País, a propósito do discurso feito na presente sessão pelo Sr. Deputado Freitas Diniz.

DEPUTADO THEODORICO FERRAÇO — Apelo ao Senado no sentido de que ultime a apreciação de projeto de lei de autoria de S. Ex^a, em tramitação naquela Casa, que proíbe a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas pela televisão.

DEPUTADO IRANILDO PEREIRA — Denúncia de arbitrariedades que teriam sido praticadas por agentes da Polícia Federal contra o jornal *Hora do Povo*, de Fortaleza.

DEPUTADO CAIO POMPEU — Trabalho que a Fundação Roberto Marinho tem desenvolvido na iniciação esportiva em áreas menos favorecidas.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Comunicação da Liderança do PDS na Câmara dos Deputados

De substituições de membros em comissão mista.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 1/81-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.815, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre apuração de resultados do exercício financeiro, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 2/81-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.816, de 10 de dezembro de 1980, que modifica a sistemática de cálculo da correção monetária incidente sobre as contribuições de Previdência Social não pagas, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 84^a SESSÃO CONJUNTA, EM 13 DE MAIO DE 1981

- 2.1 — ABERTURA
- 2.2 — EXPEDIENTE
- 2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Transcurso do 172^o aniversário da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

DEPUTADOS JOÃO FAUSTINO E RUY CÓDO — Atentado perpetrado contra o Papa João Paulo II.

DEPUTADO LEORNE BELÉM — Liberação de recursos pelo Ministro da Previdência Social, destinados a apoiar programa de assistência a menores e a idosos do Estado do Ceará.

DEPUTADOS FELIPPE PENNA E PEDRO GERALDO COSTA — Atentado ao Papa João Paulo II.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Notícia veiculada em órgão da imprensa, referente à privatização da Empresa COBRA.

DEPUTADO RONAN TITO — Tráfico de influência que estaria ocorrendo nos Estados na nomeação de auxiliares de saúde, em benefício do PDS.

DEPUTADOS JORGE VIANNA E BONIFÁCIO DE ANDRADA, como Líderes, respectivamente, do PMDB e PDS — Atentado cometido contra o Papa João Paulo II.

2.2.2 — Requerimento

Nº 5/81 — CN, de Presidente de Comissão Mista, solicitando nova prorrogação do prazo concedido àquele órgão técnico para apresentação do seu parecer. **Aprovado.**

2.2.3 — Comunicação da Liderança do PDS no Senado

— Referente à substituição de membro em Comissão Mista do Congresso Nacional.

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 3/81 — CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.817, de 11 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a execução no Território Federal de Rondônia, do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 4/81 — CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.814, de 28 de novembro de 1980, que altera as tabelas do Imposto de Renda incidente na fonte sobre rendimentos de trabalho assalariado e não assalariado. **Aprovado.** À promulgação.

2.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVÉCIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 800,00
Ano Cr\$ 1.600,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 2.500,00
Ano Cr\$ 5.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 10,00

Tiragem: 3.500 exemplares

ATA DA 83^a SESSÃO CONJUNTA, EM 13 DE MAIO DE 1981
3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JUTAHY MAGALHÃES

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quercia — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Muller — Vicente Vuolo — José Fragelli — Mendes Canale — Saldaña Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Dejandir Dalpasquale — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Tarso Dutra

*E OS SRS DEPUTADOS**Acre*

Aluizio Bezerra — PMDB; Amilcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PTB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temistocles Teixeira; Vítor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PP; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de

Moura — PDS; Figueiredo Correia — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Lourival Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ménandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Esírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferreira — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délia dos Santos — PMDB; Edison Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho; Hydekel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PDS; Delson Scarano — PDS; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PDT; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Nogueira de Rezende — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemberg Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvio Ábreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PT; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto — PDS; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Pedro Geraldo Costa — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Côdo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Anísio de Souza — PDS; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PP; Ruben Figueiró — PP; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Gera — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Malletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Olgio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Italo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Menezes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS; Walmir de Lúca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazzelli — PMDB; Eloí Léni — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kist — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB;

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — As listas de presença acumulam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 405 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Alexandre Machado.

O SR. ALEXANDRE MACHADO (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, faleceu na cidade de Bagé o Médico Camilo Gomes. No decurso de sua vida serviu com desvelo àquela comunidade, colocando seu trabalho e sua existência a serviço do povo de sua cidade.

Antigo chefe político, colocou sua vida exemplar — toda ela — a serviço do seu povo.

Registro aqui, de minha tribuna, desta distante Brasília, a marca de sua passagem pela terra, procurando destacar todo o bem que espalhou entre nós.

Dr. Camilo Gomes faleceu, repentinamente, na manhã de 29 de abril último. Além de médico urologista foi Prefeito de Bagé e Delegado Regional de Saúde da 7ª Delegacia Regional de Saúde, com sede naquela mesma cidade. Contava mais de setenta anos de idade e estava desligado das atividades oficiais, pois se aposentou em 1980, deixando vago o cargo de titular da 7ª Delegacia Regional de Saúde. Mesmo assim, por ser um dos melhores especialistas em problemas renais da cidade, continuava atendendo em sua clínica particular.

Faleceu no Pronto Socorro de Bagé, para onde foi levado quando sentiu-se mal, no momento em que estava para iniciar viagem a Santa Catarina, na companhia de sua esposa, D. Maria Grillo Goimes, ex-Secretária da Ação Social do Município de Bagé, onde ia visitar filhos e netos.

Camilo Gomes ocupou o cargo de Prefeito de Bagé no período de 1962 a 1963, no lugar de João Batista Ficco, que não terminou o mandato por morte súbita, pois havia sido eleito Vice-Prefeito na chapa de oposição a Ficco, pela extinta UDN, tendo entregue o cargo, no final de 1963, ao novo Prefeito eleito, Luiz Maria Ferraz, que seria deposto em 1964 pela Revolução, vindo a fa-

lecer no ano passado. Foi também Presidente do Grêmio Bagé, integrante de vários clubes sociais e de serviço, mantendo, por longos anos, em sua clínica particular, um atendimento gratuito para pessoas que não possuíam recursos.

Camilo Gomes foi sepultado no Cemitério de Bagé às 9 horas da manhã de 30 abril último.

Deixa a prantear o seu infiasto desaparecimento sua esposa, D. Maria Grillo Gomes, e os filhos Regina Maria Gomes Macedo, casada com o pecuarista Luiz Mário Saraiva Macedo; Eduardo Grillo Gomes, Gerente de Administração do Banco do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, casado com a Sra Natália Helena Moraes Gomes; Dr. Fernando Grillo Gomes, médico, casado com a Sra Solange Maria Gomes; e Carmem Lúcia Gomes Reis, casada com o Advogado Mário Renck Reis.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Freitas Diniz.

O SR. FREITAS DINIZ (PT. MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é público e notório que órgãos ligados às Forças Armadas, tais como o famigerado DOI-CODI, são os responsáveis pelo terrorismo fascista e de direita que está intransqüilizando a Nação e a família brasileira.

Os fatos claramente demonstram essa assertiva e, hoje, como disse, é do domínio da opinião pública que os suspeitos, no caso não mais suspeitos, os criminosos-terroristas não serão punidos. Os fatos se vão desdobrando e a conclusão a que se chega é exatamente esta: os assassinos, não serão realmente punidos. E este é um fato gravíssimo. Por quê? Porque se institucionaliza o terrorismo no nosso País. É verdade que ele existe em países democráticos, inclusive na Itália, mas, não é um terrorismo institucionalizado pelo próprio Estado através de seus órgãos. Lá, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, entidades outras assumem a responsabilidade por tais atos. Infelizmente, no Brasil o terrorismo fascista e de direita é institucionalizado, porque vem sendo praticado pelo DOI-CODI, organismo das Forças Armadas. Os fatos aí estão, todo o povo brasileiro deles tem conhecimento, e não está tirando deles uma ilação precipitada e leviana, mas uma ilação lógica, determinada pelos acontecimentos, exatamente como faz a ciência.

Não há como convencerem-se o povo e a Nação de que aqueles dois militares da ativa não estavam nas imediações do Riocentro para assassinar o povo.

As notícias publicadas hoje nos jornais, de entidades assumindo o atentado, sabe-se que tem a finalidade de confundir mais e mais a opinião pública. Mas isto não acontecerá, Sr. Presidente, porque já existe a fixação na mente de todos os brasileiros de que os responsáveis pelo terrorismo de direito estão incrustados nas Forças Armadas, exatamente no DOI-CODI. Não podemos, como representantes do povo, admitir que isto continue ocorrendo.

Exatamente para que os detentores do poder consigam perturbar, mais e mais, a opinião pública, começou hoje um trabalho nacional até de apreensão de jornais, como "O Movimento", que, de maneira clara e inofensável, coloca os fatos. Está, hoje, a Polícia Federal apreendendo esse semanário em todas as bancas de jornal do Brasil. Se temos, pelo menos formalmente, um instrumento que garante a livre manifestação — está escrito na Constituição — ele não está sendo atendido pelos órgãos do Governo Federal. É livre a manifestação de pensamento. Todos os órgãos poderão veicular as suas opiniões, porque até a Constituição outorgada por uma Junta Militar a permite. Daí estarmos protestando não só pelos fatos anteriores, mas também por essa ocorrência arbitrária. O jornal "O Movimento" publica matéria sobre os fatos, inclusive com uma análise, um direito que assiste àquele semanário. Que faz o Governo, que faz a Polícia Federal? Apreende toda a edição em todo o território nacional. Por quê? Porque o Governo não permite o livre debate, não permite que esses assuntos sejam clara e publicamente divulgados. Infelizmente, do que acontece aqui, no plenário desta Casa, pouca coisa transpira. Aí está, por exemplo, o discurso do Deputado Francisco Pinto, que deveria ter sido publicado, porque proferido no exercício do seu mandato e das suas atribuições. E o seu discurso foi censurado por esta Casa, mas o jornal "O Movimento" o publicou, e tem o nosso apoio, até porque se trata de uma manifestação do povo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, realmente estamos atravessando dificuldades sérias, e o povo deve saber disto.

O jornal "O Movimento" foi apreendido porque coloca os fatos com clareza e nitidez, inclusive publicando discurso que foi censurado por esta Casa, para vergonha do Congresso Nacional, não de seus representantes, que estão aqui para reclamar e criticar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Angelino Rosa.

O SR. ANGELINO ROSA (PDS — SC. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nobres Congressistas, devo, aqui, registrar o início das obras da BR-163, no trajeto que liga São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira. Trata-se de uma obra que vinha sendo reclamada por mais de 20 anos pela população do extremo-oeste de Santa Catarina. Aquela rodovia interligará uma região altamente produtiva, em que a agricultura tem crescido de ano para ano. Essa ligação haverá de facilitar o escoamento das safras agrícolas através de asfalto da BR-163, seguindo-se em sua ligação com a BR-282 e outras rodovias federais do Estado do Paraná. Assim, aqueles produtos, quer agrícolas, quer industriais da região do extremo-oeste de Santa Catarina, poderão alcançar os mercados consumidores.

Queremos, desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, registrar o nosso reconhecimento ao eminente Presidente da República, João Baptista de Figueiredo, ao eminente Ministro dos Transportes, Dr. Eliseu Rezende, e ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que souberam compreender a alta reivindicação do nobre povo do extremo-oeste de Santa Catarina, nas vozes do Sr. Governador do Estado, Jorge Konder Bornhausen, do eminente Secretário de Transportes de Santa Catarina, Espíriodão Amin Helou Filho, e dos representantes daquela região na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional. Fazemos este registro, porque duas empreiteiras já estão iniciando as obras para que aquele trecho — Dionísio Cerqueira a São Miguel d'Oeste — da BR-163 se torne uma realidade, dando condições ao porto seco de Dionísio Cerqueira, que haverá de ser um novo caminho para as exportações brasileiras para a Argentina e as importações de produtos argentinos para o nosso País, encurtando-se, assim, as distâncias dessas operações internacionais. E Dionísio Cerqueira, com esta rodovia, haverá de marcar uma nova etapa no seu desenvolvimento, haverá de ser, para Santa Catarina e para o Brasil, um novo marco nas relações do comércio internacional, bem como um novo marco de progresso daquela fronteira avançada do extremo-oeste catarinense.

Era este o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Morimoto.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já ocupei esta tribuna mais de uma vez para ressaltar as virtudes e qualidades pessoais e morais do ilustre e eminente Governador do Território Federal de Rondônia, Jorge Teixeira de Oliveira, que passará à História como um dos mais empreendedores, arrojados, dinâmicos e competentes administradores de Rondônia.

Participando dos eventos comemorativos do 2º aniversário do Governo Jorge Teixeira, tive oportunidade de presenciar não somente o invulgar prestígio de que desfruta o notável Governador junto à população rondoniana, mas, sobretudo, que esse prestígio — juntamente com o carinho e a simpatia que todos lhe devotam — é decorrente do trabalho eficiente e eficaz que realiza, da forma descontraída de governar, da seriedade com que trata a coisa pública e da motivação que provocou em todos os habitantes, de forma que governo e povo integram-se em uma só meta: tornar Rondônia uma região pujante e forte.

O Governo Jorge Teixeira vem desenvolvendo todos os esforços necessários para a transformação do Território Federal em Estado, o que deverá ocorrer a 13 de setembro, data de especial significação, pois, como se sabe, o antigo Território de Guaporé, formado, até 13 de setembro de 1943, por terras pertencentes aos estados do Amazonas e Mato Grosso, só a 17 de fevereiro de 1956 passou a ter a atual denominação, em homenagem a um dos maiores desbravadores da região, o inesquecível Mal. Cândido Mariano da Silva Rondon.

Todo o mês de abril decorreu em clima de festa em Rondônia, tal o número de obras que o Governador inaugurou e de iniciativas que foram tomadas. Dentre outras obras de grande vulto, é de se salientar a pavimentação da rodovia BR-364, com início previsto para o próximo mês de junho; a decisão de construir a Usina de Samuel; a instalação de várias Comarcas, como, por exemplo, a de Vilhena e Jy-Paraná; a ampliação da rede física do sistema educacional, assim como a do serviço de saúde.

Além dessas obras, o Governador Jorge Teixeira, entre os dias 10 e 27 de abril, percorreu o Território, como é do seu estilo, confraternizando-se com o povo e entregando obras nas localidades de Guajará-Mirim, Iata, Vila Murtinho, Vila Nova, Ariquemes, Jaru, Vilhena, Colorado, Cerejeiras, Pimenta Bueno, Espigão d'Oeste, Cacoal e Rolim de Moura.

Em todos esses Municípios, observa-se com grande satisfação o decisivo apoio que o Governo de Rondônia dedica à formação educacional da juventude, bem como a assistência à saúde de toda a população, condições básicas e primeiras para o fortalecimento de uma das mais promissoras regiões brasileiras.

Como na região onde se localiza o atual Território de Rondônia escreveu-se uma das mais brilhantes páginas da História pátria, não se pode deixar de lembrar a luta desenvolvida por todos os brasileiros em penetrar, desbravar, fixar e desenvolver aquele exuberante rincão de nossa terra.

A própria Capital do Território, Porto Velho, deve a sua origem a um núcleo de colonos que para lá foram enviados com a finalidade de construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Essa mesma Madeira-Mamoré — que criminosamente foi estraçalhada e desativada, descabendo agora analisar os motivos que levaram ao seu abandono — é outra das grandes realizações do Governo Jorge Teixeira que já recuperou um trecho de cerca de 10 quilômetros, entre Porto Velho e Santo Antônio, reativação que se deu no dia 5 próximo passado, na data de Rondon, patrono do Território, com a presença de cerca de três mil pessoas, as quais, na velha Estação de Porto Velho, viveram um verdadeiro "retorno de toda uma história de Rondônia". O primeiro trecho recuperado faz parte do projeto de recuperação de 33 quilômetros, entre Porto Velho e Cachoeira do Teotônio, devendo ir até Abunã, a 180 km, de acordo com o desejo do Governador, o que se torna imperativo para o desenvolvimento da vasta região a que servia, hoje praticamente abandonada.

A par do elevado aspecto econômico da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em fase de recuperação pelo Governo de Rondônia, sobreleva-se, ainda, que esse gesto do Governador é uma homenagem a todos aqueles heróis anônimos que no início deste século, enfrentando todas as dificuldades da selva, muitos oferecendo a própria vida, pois lá tombaram em holocausto à determinação do Brasil de integrar todo o seu vasto território, construíram e operaram aquela ferrovia, fator decisivo para a garantia da soberania nacional na área de sua influência.

Se ao gênio do Barão do Rio Branco devemos o Tratado de Petrópolis, de 1903, resolvendo o problema de limites com a Bolívia e o conflito criado entre os exploradores da borracha e os bolivianos, aos operários brasileiros reconhecemos a vontade férrea e a firme decisão de construir uma ferrovia ao longo dos cursos encachoeirados dos rios Madeira e Mamoré, como parte do Acordo que o Brasil celebrou com a Bolívia, com destemor e bravura, superando todas as dificuldades que se apresentavam.

É recordando o exemplo viril dos trabalhadores brasileiros, que fizeram a epopeia da Madeira-Mamoré e que simbolizam os que habitam a região amazônica, soldados anônimos que garantiram a integridade e a soberania territorial naquela região do Brasil, que toda a população de Rondônia, tendo à frente o seu grande timoneiro, o ilustre Governador Jorge Teixeira, espera que no próximo dia 13 de setembro, quando o Território completar 38 anos, conquiste a sua autonomia política, transformando-se no mais novo Estado da Federação brasileira.

Ao cumprimentar o Governo de Rondônia pela passagem do 2º aniversário da atual administração, na pessoa do honrado e dinâmico Governador Jorge Teixeira e de toda sua competente equipe, conclamo os eminentes patrícios que têm a responsabilidade do Poder, sob a liderança do insigne Governador, a liderarem o processo de desenvolvimento econômico-social e de transformação política, com o apoio de todas as pessoas oriundas de todos os Estados e regiões do Brasil que vivem e têm seus negócios naquele Território e que, dentro em breve, pertencerão, com orgulho, ao novo Estado de Rondônia, por opção ou nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Deputado Freitas Diniz acaba de sentenciar que os terroristas não serão punidos, e, mais, que estão eles, em nosso País, infiltrados nas Forças Armadas.

Sr. Presidente, essa manifestação é no mínimo uma leviandade. Sabemos que o Governo está empenhado no exame dessa questão. Há um Inquérito Policial Militar — IPM, em andamento, com prazos para conclusão dos trabalhos, dirigido por um oficial das Forças Armadas, no qual devemos confiar. O que não se pode fazer é atender à sofreguidão do Deputado Freitas Diniz e de outros ilustres membros da Oposição, que desejam, a todo custo, um prejuízamento, que o Governo saia por aí afora punindo pessoas sem que haja um inquérito concluído. O terrorismo assola o mundo inteiro. Neste instante, ele sacode as entranhas da Irlanda. Nos Estados Unidos, o Presidente daquela República foi baleado. Sabemos o que aconteceu no Japão, na Alemanha e dos fatos recentes da Espanha e de tantos outros países. Não é possível que se queira, agora, declarar que o Brasil é o único País do mundo afogado em dificuldades decorrentes do terrorismo.

O Presidente da República tem dado manifestações seguidas de que deseja de fato banir no nosso território este câncer que é o terrorismo. Sua nota recente, que também tem sido criticada, é muito clara:

"O Presidente da República reconheceu que o combate ao terrorismo, doença que assola a maioria das nações, é uma luta difícil, principalmente devido às diferentes formas e razões de suas manifestações."

O Presidente da República acentuou que a melhor maneira de atender aos objetivos da manifestação dos partidos políticos é reiterar que seu Governo cumprirá o dever de manter a Nação em paz, para o que sempre contou com o apoio das Forças Armadas, manteedoras da ordem e guardiãs das instituições."

Sr. Presidente, não podemos aceitar o discurso do Deputado Freitas Diniz como uma manifestação sequer da Minoría ponderável desta Casa. Por isso estamos aqui para trazer a palavra do PDS, que representa o Governo e a maioria da Nação brasileira nesta Casa, contra esse tipo de açoitamento e de leviandade.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Com a palavra o Sr. Deputado Theodorico Ferreira.

O SR. THEODORICO FERRAÇO (PDS — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero registrar, com o maior prazer, a presença, nesta Casa, do ilustre Deputado Arabelo do Rosário, que honra este Parlamento com sua visita.

O Deputado Arabelo Rosário foi Secretário de Educação do Espírito Santo e é um dos mais dinâmicos e brilhantes Parlamentares daquele Estado. Encontra-se em companhia do Sr. Edgar dos Anjos, industrial seu amigo. Desejamos que se sintam como parte integrante da família do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, gostaria de, em poucas palavras, fazer um apelo a V. Ex^a

Esta Casa sempre trabalhou no sentido de apresentar um projeto de lei proibindo a propaganda de cigarros e de bebidas alcóolicas no rádio e na televisão. Estamos felizes, porque conseguimos, pelo menos na Câmara dos Deputados, a aprovação do nosso projeto, que, encaminhado ao Senado Federal, foi distribuído ao ilustre e honrado Senador Tancredo Neves, que deu parecer e já o devolveu. Não entendemos a demora. No momento em que falamos em independência dos Poderes, no momento em que falamos tanto em mandatos preservados pela ilegibilidade autêntica, num processo de harmonia e de entendimento, como um projeto da maior envergadura, do maior interesse, ainda continua dormindo no Senado Federal?

Sabemos que aquela Casa é dirigida pelo honrado Senador Jarbas Passarinho, que, por certo, não pode cuidar de tudo o que por lá aparece, razão por que pedimos a V. Ex^a que o lembre de procurar levar o projeto à decisão final do Senado Federal, a fim de que, sancionado e transformado em lei, haja a proibição da propaganda de cigarros e de bebidas alcóolicas na televisão, já que tantos males têm causado à saúde do povo brasileiro, principalmente dos jovens e das crianças, que são massificados pelas propagandas bonitas que exibem aviões, iates, mulheres, corridas de cavalo. Impressionados, acabam aderindo ao fumo que, hoje, segundo médicos de fama mundial, causa o câncer e tem levado à morte milhares e até milhões de seres humanos.

É o nosso apelo, Sr. Presidente. Agradecemos a V. Ex^a por ser o portador da nossa mensagem, no sentido de que o Senado Federal apresse a votação do nosso projeto que está em tramitação naquela Casa.

O O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — A Presidência levará em boa conta a solicitação de V. Ex^a, mas lembra que no Senado Federal está havendo um trabalho de obstrução e, até o momento, não conseguimos votar nenhum matéria.

Com a palavra o Deputado Iranildo Pereira.

O SR. IRANILDO PEREIRA (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ontem, em Fortaleza, por volta das 16 horas, agentes da Polícia Federal invadiram o escritório do Jornal *A Hora do Povo*, apreendendo todos os exemplares existentes.

Em seguida, intimaram para depor o Prof. Fausto Arruda Filho, membro da Executiva do Diretório Municipal do PMDB em Fortaleza e um dos responsáveis pela divulgação daquele órgão no Ceará.

Depois, mais de 10 agentes da mesma Polícia Federal retornaram ao escritório do jornal *A Hora do Povo* e apreenderam dezenas de apostilas que lá se encontravam e que serviam de orientação para um curso de Ciências Políticas que deveria ser, ou será ministrado pelo Prof. Fausto Arruda Filho.

Ao trazer ao conhecimento desta Casa este fato ilegal, injusto e arbitrário, queremos caracterizá-lo no contexto desta escalada de intimidação e de terror que sacode a Nação.

Nós, que acompanhamos de perto, ao longo dos tempos, a eclosão e exacerbação do terrorismo, sabemos que ele se manifesta de forma ininterrupta e sucessiva. Se, no passado, acontecia nos porões do DOI-CODI, com torturas, prisões injustas e até mesmo assassinatos, agora se expressa de modo mais claro e aberto.

O jornal *A Hora do Povo*, na verdade, tem sido vítima de vários atos de violência por parte da Polícia Federal. Ela se caracteriza não apenas pela apreensão de suas edições, mas também pelo lançamento de bombas nas gráficas que o confeccionam, independentemente da tentativa de enquadrar na Lei de Segurança Nacional dirigentes do jornal, chegando inclusive à prisão de pessoas que o divulgam, como no caso aqui mencionado do Professor Fausto Filho, em Fortaleza. Sem dúvida nenhuma, há uma conexão deste acontecimento com o recente ato de terrorismo que culminou com a explosão de bombas no Riocentro e no carro dirigido pelo Capitão Wilson Machado, porque, segundo colhemos, a edição apreendida trazia graves e sérias denúncias e também indícios que viriam ajudar a elucidar a descoberta da verdade. Assim, mais uma vez, tenta-se amordaçar a imprensa livre, que, não se submetendo às pressões nem à censura prévia que o sistema exige, vem trazendo ao conhecimento da Nação fatos realmente estarrecedores que, sem dúvida alguma, comprometem o sistema e indicam que dentro das Forças Armadas existem agentes do terrorismo.

Sr. Presidente, ao fazermos esta denúncia, queremos dizer que os agentes que apreenderam os jornais e que intimaram e levaram o Professor Fausto Arruda, obrigando-o a permanecer por mais de quatro horas depondo na Polícia Federal, justificavam esse ato alegando terem recebido do Sr. Ministro da Justiça instruções expressas, através de telex. Entretanto, foram contactadas outras sucursais do jornal, como a de São Paulo e a do Rio de Janeiro, sem que se constatasse qualquer ação punitiva ou a mera apreensão de um exemplar sequer. Daí deduzir-se que a operação se prende diretamente a Fortaleza.

De qualquer sorte, ou o Ministro está dirigindo a sua ação para intimidar os movimentos populares que tenham crescido evidente no Ceará, ou então a própria Polícia Federal está agindo como órgão paralelo, contrariando — é uma suposição — talvez, a orientação do titular da Pasta nessa ofensiva isolada no meu Estado.

Protesto de maneira candente contra os deploráveis e concito o Líder do Governo a prestar esclarecimentos sobre essas atitudes incompatíveis com a tão decantada abertura democrática.

A violência, o abuso de poder não devem ser tolerados ou ficar impunes. O clássico silêncio do Governo será bastante comprometedor. A liberdade de imprensa e a liberdade de informação são bens maiores que não podem ficar expostos aos arreganhos da sanha policial.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Caio Pompeu.

O SR. CAIO POMPEU (PP — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr Presidente, Srs. Congressistas:

O esporte é o melhor caminho para aproximar as pessoas. Temos, sempre que nos é possível, usado esta tribuna para defender o esporte brasileiro. Queremos destacar, no dia de hoje, o trabalho que a Fundação Roberto Marinho tem desenvolvido na iniciação esportiva em áreas menos favorecidas.

Através da eficiente coordenação do Prof. Nelson Mello de Souza, o programa de esporte da Fundação tem revelado a sua eficácia, atingindo brasileiros de regiões carentes, despertando neles o salutar espírito de competição desportiva.

Ainda, recentemente, a Fundação realizou um treinamento para professores e estagiários de Educação Física, visando formar uma mão-de-obra multiplicadora. Passo a ler, neste instante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, palestra do Prof. Sérgio Nazareth Pereira, especialista daquela entidade, que reflete bem a preocupação com o lazer e o esporte:

Muitos de vocês estão aqui sem saber o porquê. A ajuda de custo que a Fundação Roberto Marinho oferece não é nada comparado à experiência que podem adquirir. Como diz Caetano Veloso "... É preciso conhecer a "vida real", e não fugir dela". Quando chegarem aos núcleos, muitos terão vontade de desistir, mas antes, parem um pouco e pense. Não será uma atitude covarde? Você pode não encontrar condições de trabalho adequado, mas pode encontrar muito mais, você pode encontrar um ser humano ansioso por novas perspectivas que você poderá lhe mostrar.

Juntem todos estes fatos e poderá ver o quanto é importante na sua formação. Não somos apenas formadores de músculos, mas podemos despertar o espírito de coletividade, amizade e compreensão. Não queremos uma comunidade subserviente, mas uma comunidade respeitada dentro dos seus parâmetros de vida.

O "sonho" é uma forma de realizar um desejo, que em comunidades carentes é incubado. Precisamos tirar esta comunidade de um estado de letargia para um estado real. Agora, todo cuidado é pouco quanto a forma de fazê-lo, pois tirá-la da lama para logo deixá-la, pode afundá-la mais ainda em seu buraco.

O interesse de aperfeiçoar o funcionamento interno da Instituição, permitindo uma melhor integração dos novos membros, e lhes dando assim, melhores condições de desempenhar suas funções. O interesse de criar uma maior identificação do novo membro com a Instituição e de melhorar assim suas relações com a população a qual se destina o projeto. É este espírito de cooperação que da entusiasmo, por exemplo, a de um jogador de futebol que luta pela vitória de seu time. É esta identificação que permite que garotos dos núcleos existentes já se apresentem com orgulho como atletas da Fundação Roberto Marinho, e participem com convicção do programa esportivo.

Hoje, ela confirma sua proposta incial de preencher espaços em setores reconhecidamente de interesse comum, e se propõe a realizar, através deste documento, uma reflexão crítica sobre sua atuação de forma a garantir a otimização de seus programas e a expansão de suas iniciativas.

Na área da educação, a conclusão em dezembro da terceira fase do Telecurso 2º Grau, fechando o ciclo completo com 11 disciplinas que compõem o currículo oficial, consolidou a participação da Fundação Roberto Marinho no Campo do ensino supletivo. Devido a aceitação de tal iniciativa, a Fundação Roberto Marinho, juntamente com a Universidade de Brasília, resolveram lançar o supletivo de 1º Grau. Ainda pela realização do Telecurso 2º Grau, a Fundação recebeu em 1978, o "Mérito de Marketing".

O Programa Cultura concentrou seus esforços na Campanha da Preservação da Memória Nacional, cuja repercussão levou a Fundação Roberto Marinho a ampliar sua contribuição nesse setor, participando com recursos de contrapartida de obras de conservação e restauração do nosso patrimônio artístico e histórico. Até o final de 80, a Fundação Roberto Marinho engajou-se em 40 projetos de restauração em Minas, São Luís do Maranhão, Pará e Rio de Janeiro.

Paralelamente a este trabalho, a Fundação Roberto Marinho tem aberto novas frentes de atuação na área cultural onde Projetos como "Música Sacra no Campo das Vertentes" e "Djamira, Espaço, Tempo e Obra", asseguram a preservação e documentação de valiosas obras e manifestações que constituem nosso patrimônio cultural.

Na área do esporte amador, o Programa de Iniciação Esportiva, com atuação junto a crianças e jovens de comunidades economicamente desfavorecidas. Implantado no Morro da Mangueira, no início de 78, o PRIESP se consolidou com a abertura de 6 novos núcleos com o decorrer de 79 e 80 — Cidade de Deus, Morro de São Carlos, Realengo, Caxias, Cidade dos Meninos e Garnier — e tem sua expansão assegurada para 1981, quando serão abertos mais três núcleos, em locais a serem escolhidos.

A partir da ocupação de diferentes espaços nas áreas de educação, cultura e esportes, a Fundação Roberto Marinho pode otimizar os resultados de seu trabalho com o incremento do intercâmbio de seus programas e projetos, de forma a atender, mais global e menos isoladamente, às necessidades sócio-culturais das comunidades onde atua.

Em 1978, a Fundação Roberto Marinho implantou um trabalho de Iniciação Esportiva em áreas menos favorecidas.

Quando se fala em áreas menos favorecidas requer um certo cuidado, pois estas comunidades são carentes de tudo ou quase tudo — carência afetiva, econômica, de lazer, etc. O propósito da Fundação ao realizar este trabalho, visando quase que exclusivamente a parte de lazer, era, com o decorrer do tempo, sentir uma mudança de comportamento e resultados quanto à parte esportiva.

Este Programa, como podem observar, é feito por professores e estagiários da área de Educação Física. É preciso observar ainda, a relevância deste fato. Logo, a importância do mesmo é fundamental. É a primeira vez que um programa essencialmente de cunho social é feito por profissionais desta área, o que vem mostrar a importância da profissão esportiva dentro do quadro social. As Escolas de Educação Física, infelizmente, não preparam adequadamente os seus alunos para um atendimento sócio-desportivo. A parte social não é abordada, pois partem do princípio que o campo de atuação do professor de Educação Física se restringe a academias, técnicos de equipes de futebol, basquete, vôlei, etc. Soma-se a isto as escolas de 1º e 2º graus e agora, também, as Universidades com suas equipes representativas.

As escolas precisam estar abertas para este tipo de postura, tendo em vista a clientela de trinta milhões de crianças carentes, sendo cinco milhões em estado de completa miséria. Ora, quando deparamos com estes números, precisamos olhar adiante e tentar ver o futuro destas crianças. A editamos que o futuro não lhe reserve muitas perspectivas, porém, se pudermos realizar um

trabalho consciente de que seus níveis e as marcas de seus "corpos" são impagáveis, vamos ver que a tarefa é árdua, não impossível.

Podemos trabalhar para tentar fechar a ferida, mas a cicatriz permanecerá para lembrá-lo do mundo que o recebeu. Um mundo cruel, mal-adoso, onde só existe lugar para os fortes e onde a força é a forma mais fácil de expressão.

Era, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 3 e 4, de 1981 — CN, referentes, respectivamente, aos Decreto-leis nºs 1.817 e 1.814, de 1980.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

OFÍCIO Nº 138/81

Brasília, 13 de maio de 1981.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os nomes dos Senhores Deputados Nilson Gibson e Guido Arantes para integrarem, em substituição aos dos Senhores Deputados Manoel Ribeiro e Joacil Pereira, respectivamente, a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Mensagem nº 24/81 — CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.825/80, que "isenta de Imposto de Renda os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço. — Deputado *Cantídio Sampaio*, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1981-CN, (apresentado pela Comissão Mista como conclu-

são de seu Parecer nº 4, de 1981-CN, com voto em separado do Senhor Deputado Felippe Penna), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.815, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre apuração de resultados do exercício financeiro, e dá outras providências.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, declaro-a encerrada.

Em votação;

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1981-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 5, de 1981-CN, vencidos o Senhor Senador José Fragelli e o Senhor Deputado Darcy Passos), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.816, de 10 de dezembro de 1980, que modifica a sistemática de cálculo da correção monetária incidente sobre as contribuições de previdência social não pagas, e dá outras providências.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, declaro-a encerrada.

Em votação;

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Decreto Legislativo que acabam de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 84^a SESSÃO CONJUNTA, EM 13 DE MAIO DE 1981

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JUTAHY MAGALHÃES

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Hugo Rámos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Dejandir Dalpasquale — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amilcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nábor Júnior — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PTB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Díaz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Vítor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PP; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Cláudio Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Figueiredo Correia — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Víngt Rosado — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murilo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Henrique Brito — PDS; Hildérico Oliveira — PMDB; Honório Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rómulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PDS; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Esírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcilio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho; Hydekel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradá — PDS; Dário Tavares — PDS; Delson Scarano — PDS; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PDT; Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnior Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PDS.

— PP; Luiz Leal — PP; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemberg Roímano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvio Abreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Teófilo Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluhy Netto — PDS; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Pedro Geraldo Costa — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Anísio de Souza — PDS; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PP; Ruben Figueiró — PP; Walter de Castro.

Paraná

Adolfo Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Gera — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kfuri — PDS; Aroldo Moretta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Lossio — PDS; Italo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Krüger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Victor Fontana — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluísio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emílio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PDS.

— PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB;

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — As listas de presença acumulam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 405 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (PP — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro comemora hoje o seu 172º aniversário, criada que foi em 13 de maio de 1809, por decreto do então Príncipe Regente Dom João, com o nome de Guarda Real de Polícia, seguindo-se a mudança de nome por várias vezes até chegar ao atual.

As festividades cívicas programadas para comemorar o auspicioso evento transcorreram com o brilhantismo costumeiro, destacando-se a entrega de espadins aos novos alunos oficiais da Escola de Formação de Oficiais.

Sr. Presidente, ao ressaltar os relevantes serviços prestados ao povo fluminense pela laboriosa Polícia Militar do Estado do Rio, durante o seu longo período de atividades, zelando pela segurança pública, impõe-se-me o dever de também destacar a figura do seu ilustre patrono, Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, que lhe legou os mais dignificantes exemplos de bravura, patriotismo, honradez e espírito público.

Falar do profomártir da Independência do Brasil e também Patrono Cívico da Nação brasileira, sua vida e seus exemplos, é alimentar um sentimento de uma fé; sentimento de gratidão aos que construíram o passado da Nação e fé de que seremos cívicamente capazes de, se o quisermos, entregá-la melhorada ao futuro.

Não há dúvida de que Tiradentes legou à posteridade um exemplo dos mais nobres, digno de ser meditado e obedecido.

Vivendo numa época de desmandos, de arbitrariedades e de corrupção, sob o desinteresse de administradores que só pensavam arrecadar mais imposto, ele não se deixou contaminar, mas sentiu o estiolar da terra que amava e o combalir da sociedade a que pertencia. Possuindo brilhante inteligência e demonstrando exemplar comportamento, ser-lhe-ia fácil aderir à situação imposta pelos sugadores dos recursos do nosso solo e recolher sua parte de riqueza. Preferiu renunciar o efêmero de ter e agarrou a eternidade do ser.

Subindo ao patíbulo com aquela austera coragem, sereno e firme nas convicções inabaladas, carregava no peito um coração alentado e conduzia a placidez na consciência.

A capacidade de sacrifício e o poder de renúncia por amor ao Brasil foi algo impressionantemente belo, que todos nós brasileiros deveríamos manter indelevelmente na lembrança para sermos dignos de um país como este, pacífico, soberano, justo e livre, como Tiradentes idealizou.

Qualquer nação que tenha um patrono cívico do porte moral de Tiradentes, sem sombra de dúvida que é uma nação feliz. O que dizer de uma corporação como as polícias brasileiras, que estão sob duplo patronato do mesmo Tiradentes?

A profissão de policial é das mais nobilitantes, extremamente difícil e por vezes ingrata. No seu exercício é proibido economizar energia, evitar sacrifício ou deixar de enfrentar qualquer barreira na guarda dos bens da comunidade contra os desrespeitadores da lei e da ordem, quase sempre sem o reconhecimento merecido.

Isto obriga a que todo policial domine a matéria e libere o espírito para garantir a justiça, combater a corrupção e recusar a arbitrariedade.

Estão ainda vigentes no País princípios inflexíveis, fiéis à memória de Tiradentes, que proíbem transigir com o corrupto, como, onde, ou de que forma ele se apresente; que não toleram a ação comprometedora da justiça; que exigem rotineira e ininterrupta vigilância, num trabalho intenso, honesto e inovador.

Como o trabalho em prol da ordem e da justiça depende da orientação e da inspiração, estamos tranqüilos em relação ao nosso corpo policial, que é inspirado pela vida e pelos exemplos do seu grande patrono.

Eis o que nos leva a confiar na vocação do nosso tempo, de tornar grande este País, pelo desenvolvimento com segurança, para o bem-estar da coletividade sem violência ou injustiça, sem agressão e sem o sabor da arbitrariedade.

Sr. Presidente, ao finalizar, inspirado no mais sadio entusiasmo cívico, com o coração em festas e a alma em regozijo pela oportunidade que me é oferecida, de prestar justa homenagem à briosa corporação do meu Estado de tão glórias tradições, enfatizo: Que o Grande Arquiteto do Universo abra os caminhos para um trabalho fecundo em benefício do futuro; a fim de que o Brasil seja uma nação muito próxima dos anseios que levaram Tiradentes à força, que a todos nós está unindo e empolgando nesta hora grave por que passa o País. Sejamos dignos de merecê-lo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao Deputado João Faustino.

O SR. JOÃO FAUSTINO (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas, deixa-nos profundamente perplexos a constatação de que, gradativamente, a humanidade se estiola, se autodestrói e nega a si própria a condição de construir um destino compatível com a sua missão e com a sua origem.

É deprimente verificar-se que caminhamos sem rumo, sem objetivos, sem metas que justifiquem nossa condição humana.

É triste analisar os dias presentes e, em cada um deles, detectar as marcas constrangedoras que caracterizam a desintegração, os desajustes e a violência.

Será que a humanidade esqueceu que existe um Deus que tudo criou, que a tudo ama e que fez o homem à sua imagem e semelhança, dando-lhe a força poderosa da inteligência, para que, com ela fosse construído um mundo de paz e de justiça?

Será que se evidencia a construção de uma profunda dicotomia entre o Homem e o seu Deus? E que aquele não busca mais o ponto ômega de que nos fala Teilhard de Chardin?

Será que há mais no mundo a paz e a fé?

Será que os homens esqueceram a paz para acreditarem na violência como solução para o seu permanente estado de angústia?

Será, por fim, que estamos caminhando celeremente para a nossa própria negação e, por consequência, para a nossa inevitável autodestruição e que o testemunho de Cristo foi definitivamente excluído do nosso mundo?

A verdade é que a humanidade vive, neste momento, o instante mais deprimente de toda a sua história.

As bombas matam os inocentes, quando se afirma que se vive uma época de paz. Os assaltos agridem a segurança e a tranquilidade de todos, mesmo que se diga que estamos vivendo num clima de desenvolvimento e de equilíbrio social.

Os Santos, que se entregam à causa da paz, tombam nas praças e nas ruas, vitimados pela força destrutiva e incontrolável da violência. Aqueles que lutam pela valorização da criatura humana, pela sua dignidade e pelo bem-estar são as vítimas mais contundentes do próprio homem.

A melancolia e a tristeza tomam conta de todos nós nesta hora em que o mundo recebe atônito e perplexo a notícia do gesto brutal cometido contra o Papa João Paulo II.

Espanta-nos o ato inominável de violência, da mesma forma que nos atemoriza e nos inquieta o quadro de alienação, debilidade e crescente desmoronamento da nossa sociedade.

O próprio João Paulo II, invocando os ensinamentos da reunião de Puebla, disse aos construtores da sociedade pluralista, na cidade de Salvador, no dia 7 de julho de 1980:

“Talvez uma das mais notáveis debilidades da civilização atual esteja numa inadequada visão do homem. A nossa é, sem dúvida, a época em que mais se tem escrito e falado sobre o homem. E, no entanto, paradoxalmente, é também a época das profundas angústias do homem com respeito à sua própria identidade e destino, do rabaixamento do homem a níveis antes insuspeitados, época de valores humanos conciliados como jamais o foram antes.”

O atentado contra o Papa reflete as condições do mundo atual, onde o ser humano perdeu a sua condição de sujeito para ser objeto secundário da sua própria História.

Repudiamos o atentado e rogamos a Deus que recupere a saúde do nosso Papa e que derrame sobre todos nós os dons de que necessitamos para que nos reencontremos com a missão que por Ele nos foi delegada.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Côdo.

O SR. RUY CÓDÓ (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, tomamos conhecimento, com muita tristeza, do atentado a Sua Santidade, o Papa João Paulo II, peregrino da paz, peregrino do amor, da fraternidade. Os brasileiros abriram seus braços para recebê-lo em nosso País. Em Belo Horizonte, ao encerrar a sua pregação, ele dizia: "Vocês, jovens, são os novos horizontes". No Rio de Janeiro, na Favela do Vidigal, com o coração puro e aberto, Sua Santidade ofereceu o seu anel àqueles humildes e necessitados. Nos Alagados, nas palafitas de Salvador, uma menina rompeu o cerco, chorando, porque queria abraçar o Papa João Paulo II. No Estádio do São Paulo Futebol Clube, quando chovia sobre a Capital bandeirante, referindo-se aos trabalhadores, Sua Santidade voltou a acentuar: "Vocês, trabalhadores, é que desenvolvem a grandeza deste Estado e deste País". Assim, Sua Santidade falou no Rio Grande do Sul, em Curitiba, em Recife, no Ceará e em Manaus.

Nesta hora turbulenta e sombria em que vivemos, no curto espaço de poucos meses, houve inúmeros atentados: ao Presidente do Conselho de Ministros da Itália, ao Presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan e, agora, a Sua Santidade, O Papa João Paulo II. Eu pergunto: quem será a próxima vítima das bombas colocadas por essa crescente marginalidade nas cidades? Não é mais importante cuidarmos de fazer o Brasil crescer de dentro para fora, cuidarmos da nossa gente e do nosso povo? Gostaria de lembrar, lendo, no *Jornal do Brasil* do dia 7-7-80, as palavras de Sua Santidade, quando em Salvador, disse:

"Toda a sociedade, se não quiser ser destruída, a partir de dentro, deve estabelecer uma ordem social justa." Ele discursava aos Construtores da Sociedade Pluralista e completou: "Este apelo não é uma justificação da luta de classe, pois a luta de classe é destinada à esterilidade e à destruição, mas é um apelo à luta nobre em prol da justiça social na sociedade inteira."

Sr. Presidente, diante do fato, imediatamente passei um telegrama a Sua Santidade, o Papa João Paulo II, vazado nos seguintes termos:

"Permita-me Vossa Santidade que, na qualidade de cidadão brasileiro, pai de três filhos, Deputado Federal, representando o Estado de São Paulo no Congresso Nacional, em Brasília, venha, profundamente consternado, solidarizar-me com o Sumo Pontífice, rogando a Deus Todo-Poderoso que se recupere do infame atentado de que foi vítima o peregrino da paz, cuja vida é patrimônio de toda a humanidade. Que Deus o ilumine, Karol Wojtyla."

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Antes de conceder a palavra ao nobre Deputado Leorne Belém, próximo orador inscrito, solicito a compreensão dos congressistas inscritos, porque o período de breves comunicações, segundo o Regimento, tem uma duração de 30 minutos. E temos nove inscritos. Se não houver compreensão dos Srs. Congressistas, somente seis terão condições de falar.

O SR. LEORNE BELÉM (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, serei sensível ao apelo de V. Ex^e e, em rápidas palavras, registrarei a liberação de recursos, na área do Ministério da Previdência, destinada a apoiar programas de assistência aos menores e aos idosos do meu Estado, o Ceará. Segundo comunicação que acabo de receber do Ministro Jair Soares, S. Ex^e autorizou à FUNABEM a liberação de recursos da ordem de 200 milhões de cruzeiros, destinados ao programa que o Governo do Estado do Ceará mantém de assistência aos menores carentes. Igualmente, pela LBA, foram liberados cerca de 17 milhões de cruzeiros, montante este destinado ao "Lar Torres de Melo", que abriga cerca de 200 idosos em Fortaleza, obra das mais meritórias de inspiração do empresário Torres de Melo, que, com esses recursos, terá as condições necessárias para não só assistir número maior de idosos necessitados, como também melhorar os serviços que já vem prestando àquela comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao Deputado Philippe Penna.

O SR. FELIPPE PENNA (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fomos surpreendidos, ao meio-dia- de hoje, com a notícia espantosa do atentado a Sua Santidade o Papa João Paulo II. A informação nos comove e nos faz lembrar outras pessoas que se sacrificaram também, lutando, como o Papa, pelo princípio da não-violência: Luther King, John Kennedy, Robert Kennedy e o próprio Ghandi, o grande nome da política dos países em desenvolvimento e do nacionalismo hindu. Todos eles pregavam e praticavam o princípio da não-violência. Quando uma pessoa, como o Papa, se propõe a lutar por esse princípio, pela paz e pelo amor, ele se arrisca, evidentemente, a ter que se defrontar diretamente com a violência. A notícia é estarrecedora e nos obriga a refletir sobre a necessidade pre-

mente de fazermos alguma coisa para mudar essa situação, hoje, mundial, de violência generalizada e que chega a alcançar extremos, como este do atentado ao Chefe da Igreja Católica. Necessitamos, mais do que modificações pequenas na cultura, de uma verdadeira revolução cultural que não associe a revolução e as mudanças qualitativas culturais com a violência. A violência não é, na História da humanidade uma novidade, não é mais do que algo que se tem repetido nos últimos 1981 anos, diariamente, com guerras, com sangue dos seres humanos. É necessário fazermos uma revolução de natureza diferente, uma revolução suave, uma revolução do tipo da que o Papa João Paulo II pregava e praticava. Possivelmente, por isso, é que ele foi, agora, testemunha da sua fé, dos princípios da não-violência, do amor, que pregava.

Sabemos que a situação não é fácil. Ainda, há momentos, recordávamos aqui uma famosa carta que Einstein, o famoso físico, escreveu a Freud. Nela ele indagava, desesperadamente sobre o que poderia a humanidade fazer para impedir a violência. E Freud, numa famosa resposta, respondeu que era muito difícil descobrir-se uma solução para o problema da violência. Isto é difícil, mas não impossível, porque estamos atingindo um ponto extremo, em matéria cultural, em que a violência predomina nas relações, de um modo geral: nas relações políticas, naquelas, inclusive — como já tive oportunidade de falar nesta Casa — entre homens e mulheres, nas relações conjugais etc. Inúmeras vezes, temos notado a violência contra a mulher no Brasil, conforme tem acontecido, principalmente e lamentavelmente, no Estado de Minas Gerais. Além da violência contra a mulher, prospera a violência política e a violência por motivos religiosos. Precisamos, todos os povos do mundo — e o povo brasileiro deve estar presente neste momento — fazer uma revolução cultural que, sem violência, mude a atitude de relacionamento entre os seres humanos.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Geraldo Costa.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Senador Presidente, quase todos os oradores, hoje nesta Casa, como em todo o mundo, tiveram uma só manifestação: de lamento, de tristeza. Nós também sentimos esse lamento penetrando nossa alma desde o instante em que a dolorosa notícia do atentado ao Papa invadiu a reunião da Comissão de Comunicações.

Sr. Senador Presidente, precisamos fazer, neste momento, uma convocação a todos os homens responsáveis pelos caminhos da humanidade, no sentido de se organizarem em comissões permanentes em defesa do Homem, porque vem diminuindo violentamente o respeito ao ser humano. O homem, que era caçador, virou caça.

Sr. Senador Presidente, o cinema e, hoje, a televisão, esta janela colorida que invadiu nossos lares, vão exibindo, a toda hora, a todo instante, através de filmes, de novelas ou do noticiário do mundo, o pior recado do comportamento humano, numa multiplicação de exemplos lamentáveis. Quando, em outro país, existe uma agressão da juventude, isso logo vira notícia, porque uma agressão é notícia e o bom exemplo não é.

Sr. Senador Presidente, ainda em meu Estado, estudantes, há poucos dias, fizeram uma cruz na porta, depois, de tentarem ofender a professora e diretora de uma faculdade. Em seguida, um enterro foi feito. Enfim, partem para as maiores violências. Não existe, por acaso, uma palavra maestra que consiga apanhar essa regência de gestos e palavras horríveis e a enterrá no inferno, retirando o corpo da humanidade a presença do demônio?

Sr. Senador Presidente, fala-se da paz e Sua Santidade o Papa João Paulo II, que acabou com aquelas frases "para ver o Papa é preciso ir à Roma" ou "ir à Roma sem ver o Papa é o mesmo que não ir", foi ao mundo, com a sua fisionomia serena, a sua presença, o seu todo, a soma das suas palavras, distribuindo, como um mensageiro do amor, toda a paz possível, toda a preocupação de união entre os homens. E neste dia de hoje, 13 de maio, temos esse lamento dentro da alma e, enquanto os olhos começam a ficar macerados de lágrimas, os lábios principiam e não param a recitar orações.

Sr. Senador Presidente, este quadro, que se repetiu com inúmeras criaturas, é, sem dúvida, uma convocação: já está na hora de um movimento, de um estudo sério — sem que estas partes se ofendam, mas construam — na defesa do Homem, porque todos podem ser vítimas.

Já disse, neste Congresso, Sr. Presidente, que precisamos de uma atualização de comportamento e de palavras. Neste mundo, de comunicação avançada, através da televisão, é preciso um cuidado imenso, porque, do contrário, a nova armada comunicação conseguirá, lamentavelmente, a multiplicação dos maus exemplos e a humanidade, em vez de sair numa procissão de sorrisos, terá um corso pagão de lágrimas, lamentos e sofrimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra à Sr. Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, tenho a impressão de que este País não tem mais jeito. A imprensa de hoje noticia que, finalmente, o Governo, através da Secretaria Especial de Informática, decidiu entregar o controle da informática às empresas multinacionais. Deixo registrado no Congresso Nacional o protesto do Movimento Democrático Brasileiro — que tem entre um dos itens do seu programa a defesa da soberania nacional através de uma política nacional de informática — contra a privatização da COBRA-Computadores. Deixo também registrada notícia publicada no "Relatório Reservado" nº 757, que dá conta das respostas do Sr. Otávio Genaro, Presidente da SEI, Secretaria Especial de Informática. Quando perguntado, no dia 4 de maio, no II Seminário do Rio de Janeiro, por que o Governo deixara, durante dois anos, de aplicar recursos na COBRA, o Secretário de Informática deu resposta sincera. Disse: "Não sei". A algumas outras perguntas também deu resposta sinceras, idênticas. Ele respondeu "não sei" a todas as perguntas que a imprensa lhe fez, no momento em que elas deixavam em dificuldades a Secretaria que ele dirige como Secretário-Geral, cuja política é desnacionalizante e perigosa para o Brasil.

Quero deixar também consignadas, Sr. Presidente, duas frases do famoso Relatório Simon Nora, encomendado pelo Presidente da França Giscard d'Estaing, as quais servem de alerta a este Congresso Nacional. Ao estudar a posição da informática na França, um grupo de trabalho que, durante dois anos, se dedicou a este assunto e que incluía membros do Congresso francês, chegou a estas conclusões: "A curto prazo, a França terá que enfrentar de forma coerente, correndo mesmo o risco de efetuar o seu equilíbrio econômico, o consenso social e a independência nacional".

E a segunda frase diz respeito a conclusão desse famoso relatório Nora: "A imbricação crescente dos computadores, das telecomunicações, abre um horizonte radicalmente novo. Não há dúvida de que não é recente o fato de os meios de comunicação estruturarem comunidades, rodovias, estradas de ferro, eletricidade por etapas de organização familiar local, nacional, multinacional. A telemática, ao contrário da eletricidade, não veiculará uma corrente inerte, mas de informação, isto é, de poder".

Assim, Sr. Presidente, no momento em que esta Nação se comove estudando as repercussões do Projeto Carajás, temendo pela soberania nacional, no momento em que a Nação se comove com a nossa dependência do petróleo, há a advertência de que, dentro de 10 anos, este Congresso Nacional estará discutindo o que hoje parece algo de fantasia humana, mas que, na realidade, terá implicações de dependência e na própria soberania nacional, que é a política nacional de informática.

Hoje, a imprensa — repito — denuncia a privatização de uma empresa estatal que pesquisava a tecnologia. E todos sabem — os grandes países, como a França, o Japão, a Alemanha — que, se não forem investidos recursos estatais na busca de uma tecnologia própria, ficaremos todos na dependência da tecnologia internacional. Em tudo o que se passa no Brasil há apenas uma empresa interessada, a IBM, que controla, hoje, 75% da indústria no setor.

Era o que tínhamos a comunicar, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a denúncia que venho hoje trazer a esta Casa é da maior gravidade. Peço a atenção de todos os Senhores, pois creio não ser ela restrita apenas à minha região, o Triângulo Mineiro.

É um caso claro e inequívoco de tráfico de influência política, que só encontra justificativa na tentativa desesperada do partido do Governo de manter-se a qualquer custo no poder, visando, inclusive, a obter a maioria do Colégio Eleitoral que elegerá o Presidente da República.

O Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde dos Estados promoveram um curso para Auxiliar de Saúde. Pois bem. Várias pessoas fizeram o curso de 40 dias, estando, portanto, aptas a trabalharem.

Os médicos coordenadores do treinamento foram, então, cobrar do Secretário de Saúde as nomeações dos auxiliares, pois até a verba de Cr\$ 600.000,00 já estava liberada.

E que resposta receberam, Sr. Presidente e Srs. Congressistas? Que cada pessoa que quisesse ser nomeada trouxesse consigo uma carta de apresentação do político do PDS mais votado na sua região. A lista dos Deputados lhes é oferecida e os políticos, Deputados Estaduais e Federais, já estão prontos a oferecer a tal carta.

Isto é um desrespeito a quem ministrou o curso e a quem se capacitou para exercer a função. Mas é, acima de tudo, um tráfico de influência absurdo e inaceitável. Tenho provas do que digo e que está acontecendo na minha região, na cidade de Uberlândia.

Quero deixar registrado nos Anais do Congresso Nacional meu protesto contra mais esta manobra do PDS, que tenta forjar uma representatividade que, na realidade, não possui, utilizando-se para isto dos serviços públicos e desta vez na área da saúde, visando não o bem da população, mas única e exclusivamente, manter-se no poder.

Agora, tomamos conhecimento, Sr. Presidente, que apenas o Secretário de Saúde de São Paulo, o Dr. Adib Jatene, não quis se prestar ao papel de traficante de influência política. Pelo menos esta é a minha conclusão, pois S. Ex^a foi o único Secretário de Saúde acusado por Deputados de seu Estado de não querer seguir as normas políticas do PDS.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Esgotado o período de breves comunicações.

O Sr. Jorge Vianna — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Para uma comunicação de liderança, concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

O SR. JORGE VIANNA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo registrar o traumatismo que a notícia do atentado de que foi vítima o Sumo Pontífice causou a todos os brasileiros.

Em nome do PMDB, queremos deixar aqui o nosso mais veemente protesto contra o covarde atentado, o resultado dessa onda de insanidade que varre este mundo conturbado, no momento em que ainda ecoa nos nossos ouvidos, como nos de V. Ex^a, aquela homilia famosa de S.S. no Campo Grande; na Bahia, quando, defendendo uma sociedade pluralista, encareceu a necessidade de que se encontrassem os caminhos para que a sociedade fosse mais justa. E este Sumo Pontífice da paz, no momento em que a Igreja faz a opção pelos pobres, se vê vítima de um atentado brutal, que jamais poderá ser explicado.

O PMDB não poderia deixar de trazer a sua solidariedade, e o faz nesta sessão do Congresso Nacional, comunicando que o Presidente Nacional do partido, o seu Secretário-Geral, os Líderes na Câmara e no Senado já levaram, pessoalmente, à CNBB e à Nunciatura Apostólica as expressões do seu mais profundo pesar pelo acontecimento.

O Sr. Bonifácio de Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre líder do PDS.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não poderíamos também deixar de registrar, em nome do nosso partido, nesta reunião do Congresso Nacional, o quanto a comunidade nacional sente a tristeza que domina os meios católicos do País com a ocorrência do trágico atentado verificado em Roma contra S.S. o Papa João Paulo II.

De fato, Sr. Presidente, nesta hora, como disse um ilustre colega nosso, não são os bons, mais os maus sinais que dominam os tempos que estamos vivendo. Há alguns anos não se podia imaginar algo semelhante ao ocorrido. Não sabemos se são as forças político-ideológicas, inclinações religiosas ou manifestações psicopatológicas que levam os indivíduos a atitudes dessa natureza. Mas a verdade é que as ocorrências estão a desafiar a nossa geração e os dirigentes políticos não só de nosso País, mas de todos os quadrantes do mundo de agora. Ficamos a indagar; qual o caminho, qual o roteiro, qual a bússola, qual a diretriz a seguir. Há algo de grave, Sr. Presidente, que merece uma reação espiritual, reação fundada naqueles seculares princípios que melhor informam a nossa cultura e que têm sido, digamos assim, tão deturpados nos tempos de agora. Temos que pedir a Deus, orar, algo que a muitos parece desajustado, mas que no fundo das nossas consciências encontra respaldo. Temos que pedir a Deus e orar é o que importa neste instante, porque só através do chamamento de energias espirituais é que o mundo, de fato, poderá sobreviver a tais calamidades setoriais e genéricas que atormentam os povos, nesta hora dramática em que vivemos.

O Brasil, que nasceu sob a cruz, lá nas plagas tão caras da terra de V. Ex^a, Sr. Presidente, a gloriosa Bahia; que, sob as inspirações de Santa Madre Igreja, ergueu sua civilização, nesta hora chora, e chora muito, a triste ocorrência, mas, solidário com o Santo Padre, solidário com a comunidade católica mundial, através da palavra do Sr. Presidente da República, já levou a quem competente as expressões sentidas do nosso povo, sobretudo a palavra de apoio das forças espirituais brasileiras, em favor de dias melhores e de votos de plena recuperação do Santo Padre.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 5, DE 1981-CN

Senhor Presidente:

Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1981, que “assegura a deputado e senador o direito de ser nomeado Governador do Distrito Federal, ou exercer a presidência de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, sem perda do mandato”, solicito a vossa Excelência a prorrogação por mais 10 (dez) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer, prazo este já prorrogado por 15 (quinze) dias.

Outrossim, esclareço, que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo, e que está a exigir do Relator, Senhor Deputado Cláudio Sales, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e elevada consideração. — *Almir Pinto*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — A prorrogação do prazo a que se refere o expediente lido depende de deliberação do Plenário, nos termos do art. 137, § 2º, *in fine*, do Regimento Interno do Senado, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

Assim, a Presidência irá submeter a votos a solicitação do Presidente da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1981.

Os Srs. Deputados que concordam com a prorrogação do prazo de 10 dias, conforme solicitado, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada.

De acordo com a deliberação do Plenário, fica a concedida a prorrogação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 13 de maio de 1981

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Gabriel Hermes, pelo nobre Sr. Senador Aloysio Chaves, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1981, que “acrescenta parágrafo ao artigo 152 da Constituição Federal.”

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração — Senador *Bernardino Viana*, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Lembro aos Srs. Parlamentares que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão, a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 99, de 1980, que dá nova redação ao item VI do artigo 13 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Passa-se à **ORDEM DO DIA**.

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1981-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 6, de 1981-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.817, de 11 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a execução, no Território Federal de Rondônia, do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), e dá outras providências.

Em discussão o projeto, em turno único. (*Pausa.*)

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1981-CN, (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 7, de 1981-CN, com voto em separado do Senhor Deputado Marcello Cerqueira), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.814, de 28 de novembro de 1980, que altera as tabelas do imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos de trabalho assalariado e não assalariado, e dá outras providências.

Em discussão o projeto, em turno único. (*Pausa.*)

Nenhum dos Srs. Congressistas desejando fazer uso da palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os projetos de decreto legislativo que acabam de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Está encerrada a sessão. (*Levanta-se a sessão às 19 horas e 45 minutos.*)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	800,00
Ano	Cr\$	1.600,00
Exemplar avulso	Cr\$	10,00

Via-Aérea:

Semestre	Cr\$	2.500,00
Ano	Cr\$	5.000,00
Exemplar avulso (Atrasado)	Cr\$	15,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	800,00
Ano	Cr\$	1.600,00
Exemplar avulso	Cr\$	10,00

Via-Aérea:

Semestre	Cr\$	2.500,00
Ano	Cr\$	5.000,00
Exemplar avulso (Atrasado)	Cr\$	10,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visa do, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 950.052/5, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL

**Lei Complementar nº 35/79
(alterada pela Lei Complementar nº 37/79)**

Texto anotado

Índice temático

Histórico das leis (tramitação legislativa)

Regimento Interno do Conselho Nacional da Magistratura

2^a edição — 1980

Preço: Cr\$ 100,00

**À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal
22º andar ou pelo Reembolso Postal**

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Está circulando o nº 61 da REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.

Este número contém as teses e conclusões do 1º Congresso Latino-Americano sobre Meios de Comunicação e Prevenção do Delito, realizado na Colômbia, extensa pesquisa sobre a problemática do menor (*Luiz Otávio de Oliveira Amaral*), o histórico da Emenda Constitucional nº 12/78 e trabalhos doutrinários sobre: a regulamentação do art. 106 da Constituição (*Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*), a argüição de relevância da questão federal (*Iduna W. Abreu*), desenvolvimento do direito autoral (*Antônio Chaves*), o orçamento-programa e suas implicações (*Janes França Martins*), a recente evolução jurisprudencial na interpretação da Lei nº 4.121 (*Arnaldo Wald*), legislação previdenciária (*Sully Alves de Souza*), tributação urbana (*Fides Angélica Ommati*), Lei das S.A. (*Otto Gil e José Reinaldo de Lima Lopes*), o princípio da probidade no Código de Processo Civil (*Alcides de Mendonça Lima*) e o "certiorari" americano e a advocatória no STF (*Igor Tenório*).

A revista, contendo 330 páginas, pode ser obtida ao preço de Cr\$ 30,00, pelo sistema de reembolso postal, dirigido o pedido à SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL — Brasília, DF — CEP: 70.160.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 10,00